



CURSO DE

DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO

NO BRASIL

TEORIA E PRÁTICA

www.saraivaeducacao.com.br

Visite nossa página



AMANDA ATHAYDE

CURSO DE
**DEFESA COMERCIAL
E INTERESSE PÚBLICO**
NO BRASIL
TEORIA E PRÁTICA

saraiva **jur**



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva *jur*

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Ana Carolina de Souza Gomes
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Rosana Peroni Fazolari Camilla Felix Cianelli Chaves Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Rafael Cancio Padovan
Revisão	Cecilia Devus
Capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) ELABORADO POR VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

A865c Athayde, Amanda
Curso de Defesa Comercial e Interesse Público
no Brasil – Teoria e Prática / Amanda Athayde. –
São Paulo : SaraivaJur, 2023.
704 p.
ISBN: 978-65-5362-797-0
1. Direito. 2. Direito comercial. 3. Defesa Comer-
cial. 4. Interesse Público. I. Título.
CDD 346.07
2022-3836 CDU 347.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito comercial	346.07
2. Direito comercial	347.7

Data de fechamento da edição: 17-4-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 715646 CL 608341 CAE 817444



“A escrita é a voz do ausente”, Freud.¹

*“Escrevo-vos uma longa carta porque não tenho tempo de a escrever breve”,
Voltaire.*

¹ FREUD, Sigmund (2010). O mal-estar na civilização. In: S. Freud. *Obras Completas* (P. C. Souza, trad., vol. 18). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho publicado originalmente em 1930.)





A Marcelo, Pedro, Lucas e Farofa. Vocês são a minha vida inteirinha.
Pai, Mãe, Lelé, Zazá, Ledics e Sandra. Vocês são minha base.





APRESENTAÇÃO DO LIVRO PELA AUTORA

Sempre senti curiosidade sobre as razões de as pessoas dedicarem uma parcela (relevante) do seu (precioso) tempo para escrever um artigo ou um livro. Muitas dessas histórias me permearam e me tocaram. Para alguns, o artigo ou o livro é resultado de uma pesquisa acadêmica concreta: uma monografia de conclusão da graduação, uma dissertação de mestrado, uma tese de doutorado, uma tese de livre-docência. Para outros, uma maneira de marcar uma posição, de apresentar uma ideia. Mas e quando não há um orientador da pesquisa ou um organizador do livro cobrando, quando não há um prazo obrigatório de entrega, porque nem sequer a editora ou a revista para a qual se enviará está definida, o que motiva alguém a parar e a escrever um artigo ou um livro?

Não consigo definir exatamente as razões individuais de escrita de cada um, e tenho algumas primeiras impressões sobre as minhas próprias razões. Compartilho-as com vocês em primeira mão essa minha reflexão mais ampla, ainda em primeiras linhas, escrevendo a lápis. Tenho na escrita uma espécie de catarse, uma forma de manifestação mais ampla de mim mesma, um momento meu, de encontro comigo mesma, com minhas ideias, com minhas reflexões, sobre o mundo real, sobre o mundo que entendo ser o ideal. É, curiosamente, um momento de relaxamento, apesar de todo o estresse envolvido nesse processo e de toda a minha já usual autocobrança. A adrenalina de cada página escrita, a alegria de cada conceito complexo devidamente explicado e compreensível, a idealização de o leitor conseguir (finalmente) entender algo que até então tentava entender, mas não tinha conseguido, ou até que achava que tinha entendido, mas que, depois que leu, conseguiu entender melhor e ter novos *insights*, incentivando assim futuras pesquisas e aplicações concretas, numa realidade que demanda reflexões com aplicações práticas. Ou seja, a escrita e os desenhos surgem como uma forma de me organizar e, quem sabe, auxiliar a organizar o raciocínio do leitor. Tenho na escrita uma espécie de tentativa de legado durante a vida, uma percepção, ainda que audaciosa, de que posso contribuir para a construção do raciocínio jurídico no Brasil. Uma tentativa, quem sabe, de democratizar o conhecimento e de ajudar a construir uma base sólida para que futuras discussões e aprimoramentos possam ser feitos sem ter que necessariamente “reinventar a roda”, mas sim “sobre ombros de gigantes”.



Curso de Defesa Comercial e Interesse Público no Brasil: teoria e prática

Pode parecer pretencioso, mas se não fosse assim, se eu não pensasse que o livro poderia servir para outras pessoas e tocar (de algum modo, espero que positivamente) a vida desses leitores, qual seria a razão de “perder” meu precioso tempo (especialmente o tempo em família) escrevendo? Manteria aquelas reflexões apenas para mim, mantendo aquela posição antiga de que quem tem o conhecimento deve guardá-lo para si, pois é este o seu diferencial. Pois eu ousou entender diferente, que conhecimento deve ser compartilhado, debatido, para assim ser aprimorado. E assim me forço a escrever, a compartilhar, a fazer reflexões, a reconhecer autores que escreveram antes de mim, a dar voz a outras vozes, a dividir o “palco” com os mais jovens e com visões menos enviesadas pela experiência. Em um exercício de colocar-se no próprio lugar e reconhecer nossa inexorável pequenez diante da vastidão de escritos, ao mesmo tempo em que, ainda assim, tento colocar um tijolo nessa construção. A escrita é, portanto, uma outra forma de existência de mim mesma, um refúgio, um espaço do meu contorno, de minha própria constituição.

Percebi, ao longo dos anos, como aluna, professora e pesquisadora, que há muitos estilos de escrita. E tentei encontrar o meu. Tento escrever de um modo simples, fluido e direto, com o uso de elementos visuais para facilitar a compreensão. Se alcanço tal meta? Não sei, então vocês é que poderão me dizer, pessoalmente, por escrito, mentalmente. Adoraria ouvi-los. Me lembro de um *TED Talk*² em que o apresentador diz que, se você não consegue desenhar algo que está explicando, você ainda não conseguiu entender aquilo completamente. E esse livro foi um esforço, reconhecimento, maçante, de escrever em palavras e desenhar em imagens aquilo que é chamado, por muitos, como a linguagem árida, o caráter hermético, as “discussões técnicas e algo bizantinas”³ da defesa co-

² Ted Talks. How drawing helps you think. Em tradução livre: “Como o desenho ajuda você a pensar”. 17 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZqlTSCvP-Z0>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

³ DO PRADO, Victor. Apresentação do livro ATHAYDE, Amanda; MARSSOLA, Julia; VIEGAS, Maria Augusta; LEITE, Victor. *Defesa comercial e direito societário: partes relacionadas em investigações antidumping*. Belo Horizonte: Ed. Forum, 2021. “Nem sempre se entende, mesmo entre iniciados nas regras da OMC, a importância do Acordo sobre Antidumping. Não é raro ouvir, nos corredores da sede da Organização em Genebra, comentários sobre o caráter hermético dessa disciplina, ou a avaliação de que se trata de um conjunto de regras de caráter meramente processual. O vocabulário peculiar, a redação obscura e gramaticalmente duvidosa do Acordo, as discussões extremamente técnicas e algo bizantinas no Comitê de Antidumping da OMC muitas vezes causam certa alergia intelectual nos diplomatas e negociadores. Nada mais enganoso: o Acordo sobre Antidumping é um pilar essencial do Direito do Comércio Internacional. E também objeto de um embate politicamente explosivo, nos tempos que correm. Interpretações contestadas de certas regras sobre Antidumping por parte do Órgão de Apelação da OMC, em procedimentos de Solu-



mercial e do interesse público. Foi assim que elaborei, com muito trabalho braçal e intelectual, cada uma dessas imagens, que por vezes eram manuscritas e depois levadas para o Canva, por vezes eram refletidas diretamente em frente ao computador.

Depois de ter atuado por mais de 3 (três) anos na liderança da equipe do Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público (DECOM)⁴ da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (SECINT) do Ministério da Economia (ME), me dei conta de que não poderia deixar todo o aprendizado apenas guardado em mim. Tudo que tive oportunidade de discutir, refletir, com uma equipe incrivelmente competente e dedicada, nos eventos e debates em que participei no Brasil e no exterior, com pessoas do setor público e privado, não poderia se reverter em meu único e exclusivo proveito. Decidi então tirar um tempo para escrever. E escrever livremente, sem as amarras obrigatórias (e necessárias) de ser autoridade pública, defendendo um ponto de vista institucional e governamental. Pude fazer reflexões mais amplas, como acadêmica que sou (e amo ser), buscando soluções para o mundo do dever ser, sempre me baseando no mundo que é, em termos de regras e casos, pois possuo esse estilo pragmático. Lembro-me bem da sensação de alívio que tive quando pude escrever o *Manual dos Acordos de Leniência no Brasil*, e então apresentar em voz alta (ainda que por escrito) várias das minhas reflexões. E aqui estou eu, novamente, sentindo essa sensação que é escrever um livro sobre defesa comercial e interesse público no Brasil.

Recordo-me de uma das conversas durante minha orientação do doutorado com a minha queridíssima orientadora Professora Paula Forgioni, em que eu apresentava uma proposta de categorização as práticas anticompetitivas no varejo supermercadista, sempre com várias tabelas, classificações, letras e números. E a Professora Paula, com a sabedoria que lhe é peculiar, me diz algo como isso: “Amanda, você acredita que essas categorias explicam sua tese? Se sim, devem constar no documento. Não existem categorias certas ou erradas. Existem

ção de Controvérsias, são apontadas como uma das razões para a crise e inatividade desse órgão. As regras sobre Antidumping e sobre Subsídios e Medidas Compensatórias estão no centro das relações conturbadas entre grandes potências comerciais na OMC. Uma melhor compreensão e um entendimento mais profundo das regras são, portanto, não somente necessários do ponto de vista interno, mas podem ajudar a aliviar ou, pelo menos, equacionar certas tensões internacionais.”

⁴ Entre 2019 e 2022, a autoridade de defesa comercial e interesse público no Brasil foi intitulada Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM). Por uma questão de padronização, e considerando que, em 2023, voltou a ser denominada Departamento de Defesa Comercial e Interesse Público (DECOM), utilizaremos, como padrão neste livro, a sigla DECOM.



Curso de Defesa Comercial e Interesse Público no Brasil: teoria e prática

aquelas que são úteis ou inúteis, então você verá que a sua proposta deu certo se ela for útil". Pois aqui estou eu novamente, exercendo minha vulnerabilidade, apresentando uma série de conceitos na melhor extensão que pude, propondo categorias, classificações, reflexões, cotejando com precedentes, apresentando tudo isso em forma de imagens, como (eu pelo menos) nunca tive a oportunidade de ler em outro lugar, e que poderia ter me ajudado e ajudado meu time à época nas discussões durante meus 3 anos de SDCOM (2019/2022). Que assim seja, então. Que esse meu livro possa ser útil, que fomente novas discussões e aprimoramentos, e, se não for pedir demais, que toque (positivamente) a vida de cada um dos leitores.

Amanda Athayde

16 de junho de 2022

Em voo

Com acréscimos em 16 de novembro de 2022

Novamente em voo



AGRADECIMENTOS

Escrever um livro nunca é trivial. Escrever um livro sobre um tema ao qual você se dedicou profissionalmente com muito afinho durante três intensos anos fica mais fácil? Não sei. Mas sei que tudo isso só foi possível porque contei com apoio, de todas as formas, razão pela qual agradeço.

Agradeço inicialmente aos meus filhos, Pedro, de quase 5 anos, e Lucas, de 3 anos, que são minha força motriz, que me trazem o incentivo para ser uma pessoa melhor todos os dias. E em igual proporção, agradeço ao meu marido, Marcelo, que é o maior parceiro e apoiador de todas as minhas (inúmeras) empreitadas. Se existe alguém que é capaz de incentivar e motivar o outro, identificando com clareza, sensatez e uma dura ternura, este é o meu amor. Agradeço ainda ao meu “cãopaneiro” Farofa, que dormiu no meu pé ao longo de toda a redação de mais este livro, e que, quando se entediava, vinha para o lado da poltrona com sua pata pedindo carinho.

Agradeço também àqueles pesquisadores que se dedicaram durante um intenso mês para me ajudar a incluir notas de rodapé, a explicar os casos apresentados como precedentes, a encontrar erros de escrita, compreensão etc. Os ilustres pesquisadores colaboradores Gabriela Leoni e Ciro Alvarenga, assim como os pesquisadores assistentes Caroline Matsura, Fernanda Oppermann, Gabriel Andrade, Luísa Diniz e Roney Olimpio. Sem vocês certamente o resultado do livro não teria sido o mesmo, nem teríamos conseguido concluir todas as micropendências em tão pouco tempo.

Agradeço ainda a quem apresentou comentários às versões preliminares dos capítulos, dedicando parte do seu precioso tempo a mim. Para uma pessoa como eu, que tem Tempo de Qualidade como a linguagem do amor, o tempo dedicado por vocês a este livro me tocou e muito me alegrou. Nominalmente, agradeço aos comentários ao Capítulo 1, sobre parte geral de defesa comercial e interesse público, apresentados por Marina Egydio, Leonor Cordovil e Newton Costa. Aos comentários ao Capítulo 2, sobre investigações antidumping, apresentados por Amanda Serra Fonseca, Márcio Hissa, Renê Medrado e Leonor Cordovil. Aos comentários ao Capítulo 3, sobre investigações antissubsídios,



Curso de Defesa Comercial e Interesse Público no Brasil: teoria e prática

apresentados por Newton Costa, Hearle Calvão e Leonor Cordovil. Aos comentários ao Capítulo 4, sobre investigações de salvaguardas, apresentados por Victor Leite, Vera Kanzas, Zahra Gadelha e Leonor Cordovil. Aos comentários ao Capítulo 5, sobre avaliações de interesse público, apresentados por Dilso Marvell Marques, Francisco Negrão e Leonor Cordovil.



SUMÁRIO

1	Defesa comercial e interesse público	1
1.1.	Breve histórico internacional sobre defesa comercial no contexto multilateral.....	7
1.2.	Breve histórico internacional sobre interesse público no contexto multilateral.....	12
1.3.	Breve histórico nacional sobre defesa comercial no Brasil.....	16
1.4.	Breve histórico nacional sobre interesse público no Brasil	22
1.5.	Estrutura e fluxo decisório sobre defesa comercial e interesse público no Brasil.....	27
1.6.	Estrutura governamental de apoio ao exportador brasileiro investigado em processos de defesa comercial no exterior.....	37
2	Investigações antidumping – teoria e prática	43
2.1.	Legislação antidumping no contexto multilateral e no Brasil.....	43
2.2.	Aspectos conceituais gerais	46
2.2.1.	Produto objeto (<i>product under consideration</i>) e produto similar (<i>like product</i>).....	46
2.2.2.	Indústria nacional, indústria doméstica, representatividade, grau de apoio, indústria subnacional e indústria fragmentada.....	56
2.2.3.	Análise das importações	82
2.3.	Do dumping	89
2.3.1.	Valor normal.....	91
2.3.2.	Preço de exportação.....	106
2.3.3.	Margem de dumping	113
2.4.	Do dano.....	120
2.4.1.	Dano: dano material, ameaça de dano material e atraso material à implantação	121
2.4.2.	Indicadores de dano da indústria doméstica	127
2.5.	Do nexó de causalidade.....	134
2.5.1.	Impacto das importações objeto de dumping na indústria doméstica.....	134
2.5.2.	Outros fatores de dano – não atribuição	138



Curso de Defesa Comercial e Interesse Público no Brasil: teoria e prática

2.6.	Da medida antidumping.....	143
2.6.1.	Direitos antidumping provisórios.....	144
2.6.2.	Garantias.....	146
2.6.3.	Direitos antidumping definitivos.....	147
2.6.4.	Compromissos de preço.....	167
2.7.	Das diferenças entre investigações originais e das revisões de final de período.....	174
2.7.1.	Aspectos distintivos entre as investigações originais e as revisões de final de período.....	174
2.7.2.	Análises realizadas em revisões de final de período.....	175
2.8.	Outros tipos de revisões em investigações antidumping.....	210
2.8.1.	Revisão por alteração das circunstâncias.....	211
2.8.2.	Revisão de novo exportador.....	215
2.8.3.	Revisão anticircunvenção.....	227
2.8.4.	Revisão de restituição.....	242
2.8.5.	Avaliação de escopo.....	244
2.8.6.	Redeterminação.....	247
2.9.	Aspectos processuais das investigações antidumping.....	250
2.9.1.	Prazos processuais nas investigações originais.....	250
2.9.2.	Prazos processuais nas revisões de final de período.....	258
2.9.3.	Verificações <i>in loco</i> e verificações de elementos de prova.....	265
2.9.4.	Confidencialidade.....	269
2.9.5.	Dos roteiros e dos questionários.....	274
2.9.6.	Sistema Processual de Investigações – SEI/ME.....	274
2.9.7.	Breves notas sobre partes relacionadas em investigações antidumping.....	275
3	Investigações antissubsídios – teoria e prática.....	279
3.1.	Legislação antissubsídios no contexto multilateral e no Brasil....	279
3.2.	Aspectos conceituais gerais.....	284
3.2.1.	Produto objeto e produto similar.....	284
3.2.2.	Indústria nacional, indústria doméstica, representatividade, grau de apoio, indústria subnacional e indústria fragmentada.....	291
3.2.3.	Análise das importações.....	315
3.3.	Do subsídio.....	321
3.3.1.	Do conceito de subsídio.....	322
3.3.2.	Classificações dos subsídios.....	344
3.3.3.	Cálculo do montante do subsídio acionável.....	357



3.4.	Do dano.....	368
3.4.1.	Dano: dano material, ameaça de dano material e atraso material à implantação	368
3.4.2.	Indicadores de dano da indústria doméstica	374
3.5.	Do nexó de causalidade.....	383
3.5.1.	Impacto das importações do projeto objeto da investigação na indústria doméstica.....	383
3.5.2.	Outros fatores de dano – não atribuição.....	385
3.6.	Da medida compensatória	388
3.6.1.	Direitos compensatórios provisórios, prestadas garantias por depósito em espécie ou por fiança bancária	389
3.6.2.	Direitos compensatórios definitivos.....	390
3.6.3.	Compromissos	397
3.6.4.	Vedação ao duplo remédio (<i>double remedy</i>).....	402
3.7.	Das diferenças entre investigações antissubsídios originais e das revisões de final de período	409
3.7.1.	Aspectos distintivos entre as investigações antissubsídios originais e as revisões de final de período.....	409
3.7.2.	Análises realizadas em revisões de final de período.....	411
3.8.	Outros tipos de revisões em investigações antissubsídios.....	419
3.8.1.	Revisão por alteração das circunstâncias	421
3.8.2.	Revisão acelerada.....	425
3.8.3.	Revisão anticircunvenção	432
3.8.4.	Revisão de restituição	444
3.8.5.	Avaliação de escopo	445
3.8.6.	Redeterminação	448
3.9.	Aspectos processuais das investigações antissubsídios.....	450
3.9.1.	Prazos processuais nas investigações antissubsídios originais	450
3.9.2.	Prazos processuais nas revisões de final de período	458
3.9.3.	Verificações <i>in loco</i> e verificações de elementos de prova	466
3.9.4.	Confidencialidade.....	469
3.9.5.	Dos roteiros e dos questionários	474
3.9.6.	Sistema Processual de Investigações – SEI/ME	476
3.9.7.	Breves notas sobre partes relacionadas em investigações antissubsídios	476
4	Investigações de salvaguardas – teoria e prática	481
4.1.	Legislação de salvaguardas no contexto multilateral e no Brasil.	481
4.2.	Aspectos conceituais gerais	488



Curso de Defesa Comercial e Interesse Público no Brasil: teoria e prática

4.2.1.	Produto objeto e produto similar ou diretamente con-	488
	corrente	
4.2.2.	Indústria nacional, indústria doméstica, representativi-	
	dade, grau de apoio, indústria subnacional e indústria	
	fragmentada.....	491
4.3.	Aumento significativo das importações	493
4.4.	Do prejuízo grave.....	495
4.4.1.	Do prejuízo grave ou da ameaça de sua ocorrência	495
4.4.2.	Indicadores de prejuízo grave ou da ameaça de sua	
	ocorrência	496
4.5.	Do nexó de causalidade.....	502
4.5.1.	Impacto das importações na indústria doméstica.....	502
4.5.2.	Outros fatores – não atribuição	505
4.6.	Da medida de salvaguardas.....	508
4.6.1.	Formas de aplicação das salvaguardas	508
4.6.2.	Duração da medida de salvaguardas e salvaguardas pro-	
	visórias.....	513
4.6.3.	Compensações e retaliações.....	517
4.7.	Aspectos processuais das investigações de salvaguardas.....	520
4.7.1.	Prazos processuais nas investigações	520
4.7.2.	Verificações <i>in loco</i> e verificações de elementos de	
	prova	521
4.7.3.	Confidencialidade.....	522
4.7.4.	Dos roteiros e dos questionários	527
4.7.5.	Sistema Processual de Investigações – SEI/ME	528
4.8.	Distinções entre salvaguardas globais e salvaguardas preferen-	
	ciais em Acordos de Livre Comércio	529
5	Avaliações de interesse público em defesa comercial – teoria e	
	prática	537
5.1.	Legislação de interesse público em defesa comercial no contex-	
	to multilateral e no Brasil	537
5.2.	Legislação de interesse público em defesa comercial em outras	
	jurisdições.....	545
5.3.	Interesse público em defesa comercial: uma análise sobre o	
	conceito.....	547
5.4.	Critérios materiais (econômico-sociais) de interesse público	
	no Brasil: características do produto, da cadeia produtiva e do	
	mercado do produto sob análise.....	561
5.4.1.	Características do produto sob análise	562
5.4.2.	Cadeia produtiva do produto sob análise.....	564



Sumário

5.4.3.	Substitutibilidade do produto sob análise	566
5.4.4.	Concentração do mercado do produto sob análise	570
5.5.	Critérios materiais (econômico-sociais) de interesse público no Brasil: oferta internacional do produto sob análise.....	576
5.5.1.	Origens alternativas do produto sob análise.....	576
5.5.2.	Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise.....	584
5.6.	Critérios materiais (econômico-sociais) de interesse público no Brasil: oferta nacional do produto sob análise	593
5.6.2.	Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos.....	599
5.6.3.	Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade	608
5.7.	Critérios materiais (econômico-sociais) de interesse público no Brasil: impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional.....	612
5.7.1.	Impactos na indústria doméstica	613
5.7.2.	Impactos na cadeia a montante	615
5.7.3.	Impactos na cadeia a jusante/no consumidor final	618
5.7.4.	Modelos econômicos	622
5.8.	Outros critérios materiais possíveis em avaliações de interesse público (incluindo o político-estratégico).....	625
5.9.	Aspectos processuais das avaliações de interesse público.....	629
5.9.1.	Possíveis resultados de uma avaliação de interesse público em defesa comercial: manutenção, suspensão, alteração ou extinção da medida (e outros?).....	629
5.9.2.	Procedimentos posteriores à suspensão por interesse público de uma medida de defesa comercial	651
5.9.3.	Confidencialidade.....	658
5.9.4.	Prazos processuais nas investigações	661
5.9.5.	Dos roteiros e dos questionários	666
5.9.6.	Sistema Processual de Investigações – SEI/ME	670
Anexo I	671
Anexo II	675
Referências	677



Curso de Defesa Comercial e Interesse Público no Brasil: teoria e prática

As imagens presentes neste livro estão disponíveis na plataforma Saraiva Conecta. Caso deseje visualizá-las com maior nitidez, acesse o QR Code ou o link abaixo:



<https://somos.in/CDCIPB>